



## ABAIXO ASSINADO

### A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA É UM CRIME PÚBLICO

Lembram-se quando em 2008 surgiu a proposta para os antigos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Ovar (SMAS) serem integrados nas Águas da região de Aveiro (AdRA)?

Pois bem, desde janeiro de 2011 que essa integração foi feita.

Desde o início, alguns partidos políticos (Bloco de Esquerda e PCP), associações e pessoas em nome individual manifestaram a sua total oposição a essa manifestação de interesses. As razões invocadas eram que isto configurava o início de uma privatização encapotada e que, para além da perda imediata de um património económico e social público, iria originar a perda de qualidade dos serviços prestados à população e enormes aumentos nas tarifas da água. Aqui sim, era claro como a água. Todos os estudos apontavam para isso. Como é habitual, acusavam-nos de ver coisas onde mais ninguém via e de não reconhecer as vantagens (nunca souberam dizer bem quais eram) em integrar a AdRA.

Um ano e cinco meses depois, viemos fazer o levantamento das consequências desta decisão. Neste documento não há subjetividade, apenas factos e evidências.

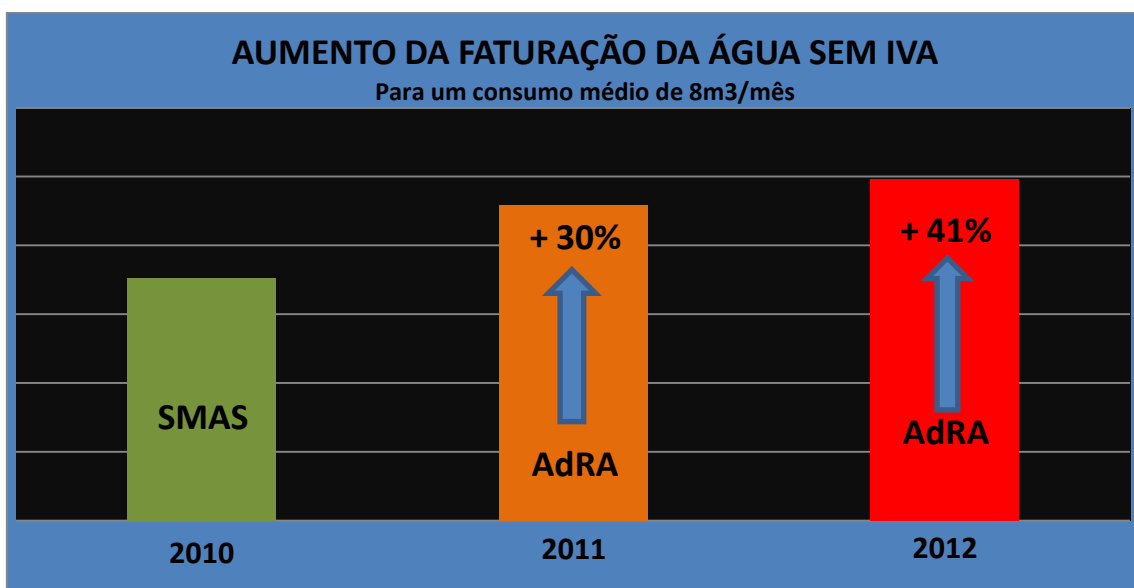
- **PRIVATIZAÇÃO**

Como é sabido, em setembro de 2011 a ministra Assunção Cristas veio dizer que a privatização das Águas de Portugal era mesmo para avançar. Como 51% da AdRA é detida pelas Águas de Portugal fica aqui desmontada a mentira que dizia que não iria haver privatização. Vai ser feita e, como preveem já os atuais contratos, com rendas garantidas.

A água como objeto mercantilizável é o que substitui a água como direito universal e bem público.

Por último, e já roçando o ridículo, a captação de água junto ao carregal (estrada Ovar-Furadouro) neste momento já nem pertença da ADRA é; esta concessão é agora pertença da empresa Águas do Douro e Paiva (ADP).

- **PREÇO DA ÁGUA**





be.ovar

- QUALIDADE E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS/COMPROMISSOS DA AdRA



Depósitos de Cimo de Vila ( activos)



Segurança



falta de manutenção



Depósito de Ovar





Quanto à manutenção dos equipamentos, as imagens falam por si. Registe-se que, no caso do depósito da água em Ovar, alguns residentes dos terrenos adjacentes já estão a erguer proteções devido aos furtos que ocorreram a partir dos terrenos do depósito da água.

Também o acesso às próprias instalações, para além de darem uma sensação de abandono, revelam uma falta de segurança gritante em equipamentos desta natureza.

Quanto aos prometidos investimentos que o contrato com a AdRA iria proporcionar, a única notícia relevante é que nenhum foi realizado, problema este também já reconhecido pelo atual presidente de Câmara.

#### • **CONDIÇÕES LABORAIS**

No que se refere às condições contratuais para os trabalhadores que transitaram do SMAS para a AdRA, podemos dizer o seguinte:

- 1- Os trabalhadores tiveram que escolher entre o aumento do horário de trabalho em 5 horas semanais ou perda de parte do subsídio de alimentação.
- 2- Para os trabalhadores que fazem as leituras dos consumos da água, o meio de transporte, faça chuva ou faça sol, passou a ser um motociclo.
- 3- Os trabalhadores operacionais têm, neste momento, como área de afetação todo o distrito de Aveiro.

Escusado será dizer que após a privatização (prometida pela ministra Assunção Cristas para 2013) tudo vai estar em aberto (como já aconteceu quando passaram do SMAS para a AdRA).

Todos os trabalhadores que ingressem agora na AdRA estão em desvantagem perante os colegas com a mesma função, pois deixaram de estar abrangidos pelo Regime de Contrato na Função Pública para passarem a estar abrangidos pelo Contrato Individual de Trabalho, com todas as implicações que se conhecem.

#### **CONCLUSÃO**

Por tudo aquilo que neste documento é demonstrado, recusamos este modelo de gestão de um bem tão precioso como é a água. Este negócio beneficiou muita gente, mas prejudicou a população, em geral, e os consumidores, em particular. A água é indispensável à vida e por isso não pode ser mercantilizada. É um direito e não uma mercadoria. Aqueles que se servem do património da humanidade para fazerem grandes negócios, aqueles que se desresponsabilizam da gestão da coisa pública merecem ouvir a resposta popular.

Por isso apelamos a que todas as forças políticas representadas na Assembleia Municipal se pronunciem sobre este processo e clarifiquem a sua posição.

Exigimos ao executivo municipal que seja conseqüente com o que tem vindo a afirmar. Se é contrário à privatização, denuncia o contrato e cessa a participação na AdRA.

Falemos claro. É isso que a população e os munícipes do concelho esperam.



